

Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 30

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de
Seguridade Social e Família

6 DE NOVEMBRO DE 2019

CSSF RECEBE PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE



Leandro Fonseca da Silva, atual presidente da Agência Nacional de Saúde (ANS) foi o convidado da última reunião deliberativa ordinária da Comissão de Seguridade Social e Família, que aconteceu na quarta-feira (30). “Leandro tem feito um bom trabalho à frente da Agência, sempre aberto ao diálogo com esta Casa. Obrigado por comparecer a esta Comissão”, disse Antonio Brito (PSD-BA).

Leandro começou falando dos planos de saúde. Disse que o setor tem desafios a serem enfrentados, mas que é importante mostrar como ao longo do tempo os serviços prestados evoluíram positivamente. “Quando não existia o marco regulatório, muitas condutas eram prejudiciais aos consumidores. Eles podiam, por exemplo, limitar o tempo de cobertura de internação de um paciente, redigir contratos inegáveis ou até arrecadar dinheiro e em seguida fechar as portas deixando pessoas desassistidas. Com o marco regulatório o setor foi saneado e a cobertura, que é o hall de procedimentos que a ANS estabelece, é de conhecimento de todos e obrigação de todas as agências de saúde”.

Fonseca frisou que no início da regulação havia 30 milhões de beneficiários. Hoje já são mais de 47 milhões. “O marco regulatório viabilizou o mercado e ajudou a dar segurança jurídica aos usuários”. Porém, disse Leandro, não dá para negar que ainda existem desafios pela frente. O presidente da

ANS citou o financiamento dos serviços de saúde, que estão ficando cada vez mais caros, como o principal deles. “As tecnologias, que aumentaram a expectativa de vida dos brasileiros, precisam ser incorporadas na saúde de maneira sustentável”. Ele ainda falou sobre o envelhecimento da população. “Temos que buscar soluções para financiar os serviços de atenção a pessoa idosa”.

Leandro disse que a regulação do setor se desenvolveu em dois principais pilares. O primeiro é o econômico e financeiro. “Em grande medida as operações de planos privados coletam dinheiro nosso para garantir os serviços de saúde quando necessários, mas as empresas não podem fazer com esses recursos o que quiserem. É uma lógica chamada de mutualismo. Forçamos uma gestão prudente deste recurso”. Outro pilar é a regulação assistencial. “Ele estabelece um acesso do beneficiário aos serviços em tempo oportuno. Estabelecemos prazos máximos de atendimentos para consultas, exames, internações que as operadoras são obrigadas a cumprir”.

Leandro falou ainda sobre mecanismos criados pela ANS de mediação de conflitos entre as operadoras e os beneficiários. “Criamos o NIP - Notificação de Intermediação Preliminar - em que o beneficiário acessa a ANS e tentamos resolver problemas de comunicação. Fomos premiados pela FGV pois o nível de resolubilidade é altíssimo”.

Deliberativa Extraordinária

A reunião aconteceu na última terça-feira (29). Foram analisadas e aprovadas 29 proposições:

- **PL 414/19** - trata das medidas para erradicação do Aedes Aegypti e das doenças por ele transmitidas. Relatora: Carmen Zanotto (Cidadania-SC);
- **PL 8039/14** - fala sobre o combate à exploração sexual de menores de dezoito anos em postos de combustíveis. Relatora: Paula Belmonte (Cidadania-DF);
- **PL 4234/08** - cria o Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele, a Semana Nacional de Prevenção à doença e obriga distribuição de protetor solar pelo SUS. Relator: Dr. Frederico (Patriota-MG);
- **PL 2121/11** - trata do descarte correto de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo. Relator: Marx Beltrão (PSD-AL);
- **PL 9990/18** - dispõe sobre o direito da criança ou adolescente à visitação de pais internados em instituição de saúde. Relator: Eduardo Barbosa (PSDB-MG);
- **PL 10867/18** - institui a Semana Nacional do Feijão e Arroz. Relatora: de Carmen Zanotto (Cidadania-SC);
- **PL 267/19** - trata da oferta de medicamentos essenciais ao tratamento do paciente oncológico pelas indústrias farmacêuticas. Relatora: Sílvia Cristina (PDT-RO);
- **PL 1605/19** - institui o Estatuto da Pessoa com Câncer. Relatora: Sílvia Cristina (PDT-RO);
- **PL 1880/19** - garante a proteção a agente público que comunique casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes. Relatora: Dulce Miranda (MDB-TO);
- **PL 2152/19** - trata do Programa de Inclusão Infantil no Transporte Coletivo às crianças com idade de até 10 anos. Relator: de Pompeu de Mattos (PDT-RS);
- **PL 2364/19** - institui a Semana Nacional da Prevenção do Acidente Doméstico. Relatora: Benedita da Silva (PT-RJ).

CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS X SAÚDE PÚBLICA

Esse foi o tema de audiência pública requerida pelo deputado Marx Beltrão (PSD-AL). “As políticas públicas de promoção da saúde animal são muito importantes e têm respostas na saúde dos brasileiros. Nem mesmo a União parece se atentar ao necessário fomento à castração”.

Dados disponibilizados no debate comprovam a necessidade de ampliação das ações em defesa dos animais e em busca de benefícios aos seres humanos. Especialistas indicaram que para cada R\$ 1 real investido na promoção do bem-estar animal, R\$ 27 são economizados no sistema de saúde

de pública. Isto porque animais bem cuidados e saudáveis têm reduzidas as chances de se transformarem em vetores de zoonoses.

A OMS apontou que há cerca de 30 milhões de animais abandonados no Brasil. Nas grandes cidades, estima-se que há 1 animal para cada 5 humanos.

Participaram do debate a vice-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Alagoas (CRMVAL), Annelise Nunes; o coordenador geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial do Ministério da Saúde, Marcelo Yoshito Wada; a médica veterinária e mestre



Foto: Cláudio Araújo

em Ciência Animal, Evelyne Melo; a representante da ONG ALPA, Carla Sassi; a presidente da Comissão de Bem Estar Animal da OAB/AL, Rosana Jambo de Oliveira; e o representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, Rodrigo Montezuma.

FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Um seminário conjunto da CSSF, CE, CIDOSO, CMULHER, CPD e CTASP discutiu o tema com especialistas e sociedade civil. O deputado Alexandre Serfotis (PSD-RJ) presidiu a mesa de abertura do evento. “Discutir os desafios das famílias quanto aos seus espaços na sociedade é fundamental. É primordial o aprimoramento de ferramentas que promovam o equilíbrio trabalho / família”.

A ministra da Família, das Mulheres e dos Direitos Humanos, Damares Alves disse que esse seminário é o mais importante do Legislativo. “Desde o ano de 1996 o Brasil aguarda a criação desse Ministério. Nosso presiden-



Foto: Cláudio Araújo

te tem a convicção de que nada se faz no poder público se não tivermos a família como foco. E isso está acontecendo em políticas públicas, projetos, ações nos estados e campanhas”.

Ângela Gandra, secretária Nacional da Família, disse que a voz desse núcleo precisa crescer nos ambientes de trabalho. “Percebemos que há uma

falha nas relações humanas. Queremos investir nisso, com ferramentas tecnológicas que privilegiem o entorno familiar. Precisamos de políticas não segmentadas, mas que unam a família”.

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) disse que um dos desafios é a permanência da mulher no mercado de trabalho após a gestação, e quando há um bebê com deficiência, o quadro se agrava. “Muitas vezes abandonada pelo marido, ela precisa decidir entre trabalhar e cuidar da criança. Precisamos discutir licença maternidade, assegurar um direito a amamentação de fato e trabalhar planejamento familiar”.

FERTILIZAÇÃO ‘IN VITRO’

O deputado federal Luiz Ovando (PSL-MS) é autor do requerimento de audiência pública sobre implantação de embriões humanos produzidos por fertilização “in vitro”.

Lenise Garcia, representante da CNBB, lembrou que ainda não há lei de reprodução assistida no Brasil e fez um resgate histórico sobre o tema. “Em junho de 1973 nasceu a engenharia genética. Desde o início houve preocupação ética sobre o que devemos fazer e o que podemos fazer”.

Hitomi Miura Nakagava, representante do CFM, falou das vantagens da reprodução assistida. “Por limitação da idade reprodutiva feminina, para

evitar a transmissão de doenças genéticas, etc. Entre 2017 e 2018 houve um aumento de mais de 16% das reproduções assistidas no País”.

Regina da Silva, presidente da AD-FAS defendeu a regulamentação urgente da reprodução assistida. “Projetos tramitaram aqui nesta Casa, mas não tiveram andamento. Queremos um debate amplo e que se evite um cipoal legislativo”.

Deivid Lorenzo, da Universidade Católica de Salvador disse que antes de aprovar projetos é preciso definir o que é uma reprodução assistida.

Já Melissa Rosado, ginecologista e obstetra disse que o descarte de em-



Foto: Cláudio Araújo

briões é uma discussão delicada. “Até que ponto temos o direito de decidir?”, questionou. Lília dos Santos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, defendeu o direito dos embriões. “Tratados internacionais já consideram o embrião um ser dotado de direitos, mesmo que desenvolvido artificialmente”.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário
Rubens Carneiro Filho

Edição
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação
Manu Nunes

Diagramação
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br